

A REBELIÃO DE 1713

CARLOS STUDART FILHO

A Guerra dos Bárbaros, sucesso de relevantes reflexos na obra pertinaz, ingente e gloriosa da conquista e dominação das terras nordestinas, não foi o único conflito racial de larga envergadura a encher de sangue, ruínas e opróbrios os largos chãos do Ceará.

Outro embate armado, de grande vulto e significado histórico, iria ocorrer em fins de 1713, quando uma imensa onda de exaltação e revolta de nôvo agitou a consciência das massas indígenas, movendo-as contra os brancos.

Desde as mais remotas tentativas de ocupação da nossa hinterlândia pelos luso-brasileiros, reinara, entre alienígenas e agregações autóctones, uma atmosfera de incompreensão e mútuas desconfianças. Nos primórdios da colonização da zona litorânea, atos de rebeldia e levantes armados, de maior ou menor gravidade, haviam entenebrecido o ambiente da Capitania e pôsto em sobressalto os seus moradores. Eram, porém, de ordinário, reações armadas de somenos importância, mesquinhos levantes de comunidades nativas pouco numerosas e isoladas; bulhas de grupos humanos ainda não apercebidos do enorme sentido prático das grandes alianças guerreiras e que, por isso mesmo, os tornavam prêsas fáceis dos seus rivais alóctones.

Em inícios, porém, do século XVIII, a situação iria apresentar-se bem mais engravescida e ameaçadora para os luso-brasileiros; e os prejuízos materiais, dela decorrentes, muito mais numerosos e avultados do que os resultantes de anteriores contendadas.

Nenhuma sublevação de gentios seria conduzida, entre nós, com tanto destemor e teria, no âmbito restrito onde se feriu, maiores repercussões sociais e políticas.

Em mais de um trecho da faixa costeira, os brancos ver-se-iam, por força da vitória dos contrários, desapossados temporariamente de suas glebas e, em outros, delas por completo exterminados.

A extraordinária agressividade com que se houveram os turbulentos incolos, o ímpeto das investidas iniciais, os sucesos alcançados em muitos recontros e, sobretudo, a perversidade na luta, fatos todos de certo modo incomuns nos anais da nossa terra, não devem ser considerados insólitos, pois parecem dimanar dos próprios antecedentes históricos da memorosa Campanha.

É que o transcurso da Guerra dos Bárbaros, essa terrível contenda armada, que, durante anos, trouxera o Nordeste-Oriental em constantes angústias e sobressaltos e terminara, poucos anos antes, com a derrota e sujeição das tribos insurrentes, havia sido para nativos do Ceará uma escola de rude aprendizado.

Sofrendo embora, no transcurso dela, sucessivos desbaratos, os amotinados haviam afinal aprendido o valor da cooperação intertribos, e a importância das operações conjugadas, ensinamentos que agora intentaríamos pôr em prática.

Demais, o ódio, gerado nos vencidos pelos métodos cruéis de repressão contra eles usados pelos vencedores, acabara, ao que tudo indica, contagiando a quase totalidade dos silvícolas da Capitania, despertando nêles um como que sentimento de comum solidariedade étnica.

Para os embates do novo conflito prestes a explodir, iriam, por todos esses motivos, arregimentar-se combatentes das mais variadas parentelas, unidos pela comum aversão ao estrangeiro, ao invasor que, havia quase cem anos, lhes vinha arrebatando os domínios patrimoniais e se tornara o constante e indefectível algoz de todos os filhos da terra.

Ao contrário, pois, da Guerra dos Bárbaros, que teve por elementos mais atuantes hordas selváticas, a rebelião de 1713 seria, de preferência, obra dos aborígenes aldeados e missionários. Contou, é certo, com o apoio eficiente e decidido da hugrada sertaneja, mas tal ajuda não foi a que mais pesou no desenrolar desse conflito racial.

O movimento sedicioso de 1713 representou, pois, uma reação armada dos nativos mansos contra os repetidos abusos e vexações de que haviam sido as infalíveis vítimas, durante gerações sem conta.

A facção rebelde seria, como se disse, integrada, em grande parte, por gentios domésticos, ativos e úteis, muitos dos quais

vinham convivendo de longa data com os colonizadores, prestando-lhes bons serviços na paz e na guerra, mesmo quando esta guerra viesse a subjugar os seus irmãos de sangue, ainda bárbaros dos sertões da Capitania.

Até os próprios tupis, aliados fiéis dos brancos, não foram de todo infensos ao movimento reivindicador. Estes homens, sobre cujos ombros havia assentado sempre a segurança e a defesa dos povoadores e que eram o esteio da economia agrária da Colônia, se não aderiram à revolta de maneira declarada e ostensiva, solidarizaram-se secretamente com a turba desordenada. Deram, portanto, ensanchas a que a subversão lavrasse incontida, tomando largas proporções e ameaçando a vida e propriedade dos colonos.

Os antecedentes da sangrenta tragédia são, aliás, postos em evidência, também pelo Padre João Antônio Andreoni, em sua carta de 15 de junho de 1714 (1), da maneira seguinte:

“Os chefes e os soldados residentes nas fortificações, diz êle, se serviam dos índios para lhe prepararem alimentos na caça e na pesca para si e os seus; exigiam, quando necessário, que combatessem os inimigos nas florestas, e longe de lhes darem alguma recompensa ou de lhes pagarem o sôlido desprezavam-nos e zombavam dêles.”

O fato narrado nada tinha de inédito, nem de extraordinário. De um modo geral, os lusos recém-chegados do Reino e aquêles de há muito aclimados à rude ambiência nordestina, desdenhavam profundamente o ameríncola, descarregando nêle desesperanças e frustrações.

Não os desprezavam menos os descendentes brancos e mestiços dos imigrantes reinóis, homens também rudes, muito dos quais inquinados dos maus sentimentos e tendências predatórias de seus antepassados peninsulares. Brancos e mestiços tudo faziam para transformar os nativos em verdadeiros animais de carga empregando-os nos trabalhos de paz e da guerra.

As palavras do Padre Andreoni não exprimiam, pois, conceitos novos, reeditavam pareceres antes formulados por outros beneméritos inacianos cujas cartas, quase sempre lamuriantes, ferem com particular insistência êsse aspecto pouco simpático da nossa colonização.

(1) A missiva, «que dá notícia do estado espiritual da província do Brasil depois da última, que foi enviada no fim do ano passado» começa mencionando a luta que se deu na prefeitura do Ceará entre os selvagens que, por tôda parte, faziam incursões, e os índios, de um lado e os portugueses do outro.

A animosidade do reinol para com os nativos era, pois, coisa muito antiga; vinha do período heróico de nossa formação, quando os gentios praianos lhe sentiram as virulências e os primeiros ressaibos.

Já o Padre Manuel da Nóbrega, um dos fundadores do Brasil, no entender de seus mais autorizado biografo (2) tratando das relações luso-ameríndias dos primeiros tempos, dizia pleno de ressentimentos e de zelos:

“Dêsse mesmo ódio que se tem ao gentio, nasce não lhe chamarem senão cães, tratarem-nos como cães, não olhando o que dizem os Santos que a verdadeira justiça tem compaixão e não indignação.” (Nóbrega, 1559, pág. 197.)

Na mesma carta de 1559, um pouco mais adiante (pág. 206) Nóbrega ainda insiste amargamente:

“Outra grande desinquietação se dá aos índios por gente de mau viver que anda entre êles e lhes furtaram o que têm e lhes dão pancadas e feridas pelos caminhos, tomando-lhes seu peixe, furtando-lhes seus mantimentos. E nisto não pode haver justiça porque recebe cà o Ouvidor Geral uma opinião prejudicial que sem prova de dois ou três cristãos brancos não se castiga nada, ainda que seja notório pelos índios, a qual prova é impossível haver-se, e, assim, tudo fica sem castigo.” (3)

Também no Ceará tratavam os colonos aos indígenas como cães e, como vimos, dêles zombavam depois de tê-los espoliados de seus haveres. Certa feita, “levantando um índio a mão direita contra um dos motejadores, diz o Padre Andreoni. saíram ao encalço, e tendo-o perseguido inútilmente, decidiram vingar-se nos índios inocentes da povoação cearense acometendo o chefe dos índios feriram-no cruelmente; pilharam tudo que encontraram nas casas, levaram cativos para as fortificações algumas mulheres e meninos”.

(2) Ver Dr. José Mariz de Moraes («Nóbrega, o Primeiro Jesuíta do Brasil» Imprensa Nacional, 1940). Para Serafim Leite seria Nóbrega o fundador da Companhia de Jesus no Brasil, fato que lhe empresta singular autoridade na matéria.

(3) Apud Gondim da Fonseca «Portugal na História». Rio, 1932.

Consoante normas então muito seguidas pelos conquistadores, os soldados faziam, dêsse modo, cair sôbre uma comunidade inteira o castigo da culpa de um dos seus membros. Isso, aliás, nada mais era que uma imitação, reversa daquilo que tanto horror havia causado aos primeiros portugueses, e que os nossos historiadores sempre apontaram como uma prática peculiar aos indígenas e fruto de seu atraso cultural.

Amolecidos por um longo passado de sujeições e de afrontas infamantes, as vítimas não ousaram revidar os agravos recebidos, nem apelar para a justiça do Rei. Conheciam, através de experiências muitas vêzes repetidas, a pouca firmeza dos magistrados, quando lhes cabia julgar os direitos dos nativos, e, não se sentindo assaz aparelhado para uma eficaz desafronta pelas armas, preferiam temporizar, calando mágoas e rancôres.

Os tapuias estavam, porém, de sobreaviso, remoendo ódios e anseios de vindita. Desfeitos nêles as esperanças de os brasilienses espezzinhados responderem com a condizente veemência à violência sofrida, resolveram, ainda assim, tirar partido da situação difícil criada pela insensatez das gentes do presídio. Firme nesse propósito, pediram às vítimas não intervirem em favor dos seus algôzes, quando do ataque que contra êles pretendiam desencadear a breve prazo (4).

A norma de proceder dos conjurados, algo insólito para quem julga os nossos ameríndios governados apenas por impulsos naturais, era um ato de elementar prudência e visava a assegurar o êxito da emprêsa que estava iminente. Tenha-se em conta que os brasilienses continuavam a fruir, no seio das agregações não tupis, da reputação de bons e valentes lutadores, quando operando sob a suprema direção de chefes brancos, e êles pretendiam dêsse modo afastá-los do campo da luta, evitando maiores estorvos aos seus projetos.

Rememorando tais fatos, assim prossegue o Padre Andreoni a sua carta: "Bem tinham compreendido os **Tapuias**, tribo de selvagens, o que se havia passado; vendo, porém, que os índios não se declaravam em franca revolta, com o fim de

(4) Outras lutas de pequena importância entre aborígenes e colonos abriam-se, por ocasião de serem incorporados novos trechos do sertão cearense, ao patrimônio da Coroa portuguesa. Assim, em 1703 a 1706, uniram-se os **Icós**, **Cariús**, **Cariris** e **Cratiús**, para assaltar os moradores do alto sertão.

Em 1712, levantam-se os **Canindés** e **Jenipapos**, índios da mesma parentela que viviam na bacia do Banabuiú. Tinham, porém, tais levantes, repercussão muito limitada e pouco perturbavam a marcha do povoamento.

vingar também as suas injúrias, pediram-lhes uma só cousa: não se opusesse ao que haviam de fazer: o que de fato os índios fizeram, deixando-os livres em suas incursões, a matar os senhores e escravos dispersos pelas fazendas e a apanhar os bois e cavalos que andavam naqueles lugares. Outras foram por êstes levados à carnificina..."

* * *

Tendo os indígenas mansos aquiescido em participar do solerte conluio, arredada a ameaça da interferência dêles nos conflitos que iriam convulsionar praias e sertões cearenses, tomam os **Tapuias** novamente as armas. De um extremo ao outro da Capitania estrugirá, em breve, unísono, o clamor das tribos amotinadas que iriam, pouco depois, derramar-se também pelos páramos da Serra Grande e terras vizinhas do Piauí.

Os primeiros a se porem em pé-de-guerra e romper as hostilidades foram os **Paiacus**, sempre os mais irrequietos e rixosos tapuias do nosso interior. Unidos aos **Anacés**, **Jaguaribaras** e outros descontentes que, apressurados e solícitos, haviam acorrido ao apêlo dos amotinados, atacam êles a Vila do Aquirás, aí levando o terror, a destruição e a morte. Mais de 200 pessoas teriam perecido no assalto (5). A população sobrevivente, aconselhada pelo Capitão-Mor Francisco Duarte de Vasconcelos, buscou refúgio na Fortaleza de N. S. d'Assunção para escapar à fúria dos rebeldes.

O impacto brutal daquela inopinada agressão, que as autoridades e o povo deviam considerar, por certo, menos uma aleivosia do que um ultraje partido de alarves grosseiros que tinham por definitivamente domados e abatidos, não compungiu, nem estupefez aos homens responsáveis pelos destinos da Colônia.

A reação seria, por isso, pronta, segura e violenta.

Ainda libavam os amotinados as alegrias dos seus primeiros triunfos, e já o Capitão Francisco Duarte de Vasconcelos concertava as medidas necessárias a pôr fim àquele estado de coisas e punir os culpados.

(5) A informação, embora oriunda de um documento coevo dos sucessos apontados, não pode ser recebida sem sérias restrições. Se verdadeiro o número de pessoas desaparecidas no morticínio, teria êle repercutido de maneira terrivelmente dramática na marcha do povoamento, o que não parece haver ocorrido.

No propósito de restabelecer a ordem legal na Capitania, reuniu na fortaleza, ainda em dias de agosto de 1713, mês em que os sediciosos iniciaram as suas tropelias sangrentas, um Conselho de Guerra com os oficiais da Câmara da Vila e os cabos de maior conceito na Capitania.

No improvisado conclave "assentaram todos que se lançasse um bando, em nome de S. Majestade, que se publicasse e afixasse de maneira que a notícia chegasse a todos os moradores, no qual se proferisse e declarasse que dava o dito Capitão-Mor a campanha livre e isenta de quintos reais as presas que houvesse na guerra dos ditos gentios aos que lhe fizesse até se sossegar e resgatar dêles a Capitania porque maior prejuízo segue a Real Coroa perder esta do que os quintos das prêsas que houvesse na dita guerra."

Da reunião resultou, outrossim, a escolha do Coronel João de Barros Braga para dirigir a campanha contra os insurretos (6). Oficial superior das ordenanças da Ribeira do Jaguaribe, mal tomara conhecimento dos graves e trágicos sucessos que se desenrolavam pela região do Aquirás, marchara com seu regimento em socorro da fortaleza também ameaçada no que demonstrava o seu grande zêlo pelos negócios públicos.

Era homem poderoso e de grande experiência das lutas contra os nativos, onde se afamara pela sua crueldade. Possuía, portanto, credenciais capazes de justificar de maneira plena a indicação da aflita assembléia.

Empossado nas funções de comando, deu-se pressa o nôvo chefe em agregar a si os moradores e os nativos mansos e fiéis das cercanias do presidio, e partir ao encontro dos amotinados.

A tropa, que o acompanhava, era, sem dúvida, bastante heterogênea mas perfeitamente capaz de secundá-lo no desempenho da terrível missão que lhe coubera. Compunham-na, em sua quase totalidade, arrojados homens conhecedores do terreno onde iriam atuar. Deviam ser, além disso, bastante numerosos. Grandes e tentadoras para homens que viviam em função do braço do escravo eram as vantagens oferecidas, no texto do bando, aos que fôsem àquela guerra.

* * *

Entrementes os rebeldes, pressentindo talvez o perigo a

(6) Pedro Théberge («Esbôço Histórico sôbre a Provincia do Ceará», Fortaleza, Tipografia Brasileira, 1869, págs. 115 e 116).

avizinhar-se, abandonavam o campo de seus triunfos e dirigiam os passos para leste. Ao atingirem, porém, as margens do Choró foram alcançados pelos luso-brasileiros e seus auxiliares e derrotados após um dia inteiro de luta. Seria êste o maior choque armado da Campanha.

Malgrado o empenho que punham em imitar a tática dos brancos, faltavam-lhes os elementos necessários para enfrentar, com possibilidade de êxito, as forças expedicionárias, em combate regular.

A bravura instintiva, arcos e flechas, tangapemas e machados de pedra e algum velho trabuco, acaso subtraídos aos moradores ou obtidos em anteriores razias, pouco podiam contra as armas e a arte guerreira de que usavam os civilizados.

Vitorioso, João de Barros Braga prosseguiu as operações militares varrendo “do litoral do baixo Jaguaribe e sertões mais próximos do mar, o inimigo bárbaro com grande prejuízo dêste”.

Na cruenta investida que fêz contra os sublevados, tomou o Capitão grande número de prisioneiros, muitos dos quais foram imediatamente chacinados.

A linguagem dos documentos coevos, que mencionam o fato, é incisiva e áspera.

Assim diz “matou grande número dêles, e aprisionou mais de quatrocentos dos quais mataram-se logo noventa e cinco a ferro frio e depois de amarrados por desconfiança que houve dêsse gentio, pelo motivo de serem homens-de-armas, conhecidamente guerreiros e destemidos e juntamente incapazes de se sujeitarem às leis divinas e humanas, como a experiência bastante tem mostrado a sua infidelidade e constância”.

E prossegue: “Todos os índios aprisionados foram repartidos por entre os colonos e índios auxiliares.” Abriu-se uma exceção apenas para os Tremembés, por haverem sido coagidos a acompanhar os rebeldes a fim de remirem as suas vidas. Foram por isso “entregues ao seu missionário por ordem da Junta das Missões e do Reverendo D. Manoel Alves da Costa, Bispo de Pernambuco”.

Estas particularidades constam, conforme frisa Théberge (6), de um processo mandado instaurar contra o Coronel João de Barros pelo Capitão-Mor do Ceará, Plácido de Azevedo Falcão, a fim de obrigá-lo a quintar os prisioneiros, não

obstante o teor do bando, afixado por seu sucessor, Manuel da Fonseca Jaime. (7)

O documento focalizado, sem dúvida valioso para a história dêsse conflito luso-indígena, não dá, todavia, uma idéia bastante clara de sua extensão e veemência, nem denuncia os firmes propósitos dos nativos de levarem de vencida os opressores.

Não deixa transparecer outrossim as simpatias com que os insurretos eram olhados pelos **Tupis** domésticos, residentes nas vizinhanças dos brancos.

Êste aspecto da luta ressalta, antes, dos têrmos das cartas mandadas pelos camaristas de N.S. d'Assunção, ao Rei de Portugal e ao Governador de Pernambuco, em data de 23 de outubro de 1713.

Relatando episódios do lutuoso acontecimento, diziam as missivas:

“... vindos se retirando da Vila quantidade de gente para debaixo das armas desta fortaleza, acompanhada de alguns brancos e índios, lhe saiu ao encontro o tapuia inimigo, quase à vista de uma aldeia de índios e, botando-lhe cêrco, mataram quase tôda a gente que vinha e só escaparam quatro ou cinco pessoas, por se haverem debruçado em terra, e um vereador desta Câmara, por ir montado em cima de um cavalo, e ver que, só não podia resistir a grande exército de tapuia, sem que houvesse um índio que, desta tal aldeia, acudisse a tanta lástima ou na necessária defesa disparasse uma arma, mas só se afirma tiveram êstes o cuidado de os despirem depois de mortos, assenhoreando-se dos vestidos e alfaias que traziam e, assim, se justifica porque, andando êstes sempre nus, hoje andam vestidos e com vestimentas conhecidas e nós, pelo tempo em que estamos, tempo em que nos vimos, nos calamos disfarçando suas tensões ainda que êles publicam muita amizade e lealdade aos brancos...”

(7) O réu interpôs embargos que, indo ao Provedor da Fazenda Real de Pernambuco, foram julgados a seu favor; foram remetidos ao Promovedor-Mor do Estado que confirmou a absolvição e apelou para a Relação a qual também absolveu o réu (Théberge).

* * *

Com certo fundamento se pretende que a fuga do povo de Aquirás e terras vizinhas para a Fortaleza de N. S. d'Assunção deu lugar, uma vez conjurado o perigo, a um aumento considerável do pequeno núcleo demográfico ali existente sob a proteção de suas armas e, já então, conhecido por Aldeia do Forte. Criou, assim, o predomínio desta povoação sôbre sua rival a então Vila de Aquirás.

Que as autoridades se esforçavam para reter os moradores junto à Fortaleza de N. S. d'Assunção, conclui-se da leitura do texto da carta endereçada aos oficiais do Senado da Câmara daquela vila, pelo Capitão-Mor Plácido de Azevedo Falcão:

“... dizer me Vmces na sua carta que na ocasião em que êste gentio se alterou nesta capitania largaram a vila dos Aquirás obrigados pelo Capitão-Mor que então governava fazendo os recolher as abas desta fortaleza para algum acôrdo que lhe fôsse necessário para as disposições da guerra e que com a notícia da tropa que pròximamente se recolheu e haver afugentado o dito gentio se querem Vmcs recolher a ela e o não podem fazer sem que lhe eu mande fabricar um presídio guarnecido com trinta homens com pólvora, bala e armas para vindo o dito inimigo a reconhecer aquela campanha e ache fortificada o que tudo me parece por agora não ser necessário porque se Vmces no tempo em que o gentio se levantou e matou gente naquela parte sendo então a ocasião de maior perigo não largaram a Vila senão obrigados hoje se acha mais desombrada a campanha segundo a notícia que Vmces me apontam da tropa de fazer o gentio afugentado me parece escusado e seguro do arraial que Vmces me pedem e bem sabem Vmces que estão os índios para sair para a campanha e perseguir o gentio e não está o tempo para deixarmos de continuar com a guerra contra o inimigo além de que se o meu antecessor teve razão para obrigar a Vmces a que aqui assistissem para o que lhe fôsse necessário para a disposição da guerra esta senão acha ainda acabada antes me parece estamos no princípio dela não devem Vmces duvidar careço eu também do conselho de Vmces para os assertos que com o favor de Deus pretendemos alcançar na vitória das nossas armas contra os nossos inimigos Vmces obrarão nesta matéria com assêrto que costumam advertindo que se nenhuma má sorte está bem esta divisão em tempo tão arriscado e que

só se deve atender à destruição do gentio para sossêgo da Capitania e posta neste poderão Vmces seguir o que melhor estiver para conservação dela tendo me a mim sempre pronto para lhe obedecer no que fôr a bem da Justiça e do serviço de Vmces.”

A ação pronta e decidida de Barros Braga e atos de crueldade não sufocavam a revolta, embora muito lhe houvesse quebrado os primitivos ímpetos. Impenetráveis ao mêdo, os gentios da Ribeira do Banabuiú, participantes da sedição, continuavam as suas incursões afoitas contra os moradores locais.

Também na bacia do Acaraú agiam grupos rebeldes, cujas correrias hostis as gentes alienígenas vinham, de há muito, pondo em sobressalto a região. Para esmar os recalci-trantes mudou Barros Braga o capitão de seu regimento, Pascoal Correia Lima, que, prosseguindo a obra de expunção iniciada no Jaguaribe pelo seu comandante, “matou grande número de inimigos a aprisionou cento e vinte cinco cabeças”. (8)

* * *

O campo de atividades guerreiras dos brasis sublevados era, pois, amplíssimo. Estendia-se não apenas do Jaguaribe mas tôda a zona setentrional da Capitania, chegando aos vizinhos sertões do Piauí. Ali secundando, com efeito, o protesto cruento dos nossos indígenas cearenses, se haviam pôsto em pé de guerra vários grupos ameríncolas.

Também não correu fácil a campanha contra os nativos do Ceará, nem os brancos se sentiam tão seguros da vitória como parece denunciar o documento citado por Théberge. Tanto que, a 4 de novembro daquele ano de 1713, a Câmara de Aquirás informava ao Govêrno de Pernambuco que a tropa mandada em perseguição dos *Paiacus*, por não poder progredir, em vista das muitas doenças, regressara sem ter conseguido destruir o tapuia, matando-lhe apenas 28 pessoas, em duas ocasiões em que o encontrara. Esclarecia, porém, que os mesmos eram acossados por uma tropa de gente do Jaguaribe com alguns índios domésticos daquela ribeira (Apud R. Garcia).

(8) Pascoal Correia Lima — o loco-tenente de Barros Braga não atingiu, também, todos os seus objetivos imediatos, que lhe cometera o seu comandante, como se verá depois.

Nesse meio tempo, os **Canindés** das cabeceiras do Banabuiú, que, na ocasião do assalto à Vila de Aquirás, haviam aderido ao motim, continuavam pondo em perigo a vida e os haveres dos colonos ali radicados.

“A nação Canindé, dizia então a Câmara de Aquirás, em carta de 28 de outubro de 1713, que habitava nas cabeceiras do Banabuiú, ilhargas de Jaguaribe, é muito poderosa e outra mais nação se tem rebelado e unida com os mais e as gentes daquelas ribeiras se tem fortificado em aldeias...”

Dando maior amplitude ao conflito na Ribeira do Acaraú e terras circunvizinhas, explodira, em conexão com êles, outro movimento armado.

Tomam armas contra os colonizadores os **Acriús** e **Tremembés** que, malgrado a situação de vassallos de S.M., não haviam perdido o ânimo belicoso e seus rancôres contra os luso-brasileiros. Amotinaram-se igualmente os **Aleriús** ou **Arariús** que assaltam os moradores da ribeira do Acaraú e correm o seu missionário a tiros.

Dando ciência do fato ao Governador de Pernambuco, Félix José Machado, em Carta-Relatório de 28 de outubro de 1713, informava a Câmara do Aquirás que, naquele difícil momento, as vítimas se recolheram à Serra de Ibiapaba “a valerem-se das armas dos índios Tabajaras que estão debaixo do domínio do Pe. Ascenso Gago da Companhia de Jesus”.

Esclarecia, outrossim, o documento, que ficava “tôda a Capitania em pêso em grandíssimo perigo e risco com bem poucas esperanças de ser bem sucedida e mais ainda com a desconfiança de que saindo uma grande tropa nossa que excede número de quinhentos homens entre brancos e índios e por Cabo Geral o Capitão de Infantaria Antônio Vieira da Silva, em distância de doze léguas a conquistar êstes inimigos vão correndo por quase trinta dias sem haver notícias do que lhe terá sucedido”.

A 4 de novembro do mesmo ano, dirigindo-se, mais uma vez, àquela autoridade pernambucana, participava-lhe a Câmara o regresso dos expedicionários e os magros resultados por êles alcançados.

Dias depois, ainda em novembro, era publicado um Bando do Governador de Pernambuco permitindo ao Capitão-Mor do Ceará perdoar os indígenas das culpas de que fôssem réus, contanto que se submetessem dentro de 24 horas.

Era isso, porém, mais uma tentativa vã para serenar os ânimos.

A era de concórdia e tranqüilidade que o Govêrno de Pernambuco pretendia, iria resultar nula pois os sediosos dela não tomavam conhecimento (9).

No dia 2 de fevereiro de 1714, publicava, com efeito, o Capitão-Mor Plácido de Azevedo Falcão, com o consentimento expresso do Governador Félix José Machado de Mendonça e Sá, uma nova proclamação concedendo pazes aos **Paiaçus**.

Assim o procedia, assevera a autoridade local, por ter sido informado pelos moradores da capitania que "... a nação **Paiaçu**, do rancho que é Principal Mathias Seixas, na ocasião do levante não matou pessoa nenhuma mas antes pôs a todos os moradores que moravam nos tabuleiros e mais circunvizinhos ajudando-os a retirar para a Jericoaquara onde se fizeram fortes até que, com a ajuda das armas desta fortaleza e dos mais moradores e índios, foram retirados postos em salvos para escaparem das tiranias dos **Jaguaribaras** e mais nações e depois na Campanha a mesma nação **Paiaçu** se partou das mais declaradas buscando as nossas armas para ajudarem a guerrear e instruir aos outros como se tem visto o que obraram em companhia do Capitão Paschoal Correia em outra ocasião em companhia do Cel. João de Barros Braga e agora de presente com o Sargento-Mor Domingos Ribeiro..."

Demonstrando a sinceridade de seus propósitos apaziguadores, terminava o Capitão-Mor o seu edital, com essas palavras de advertência e ameaça: "E por êste meu Bando confirmo as ditas pazes em nome do dito senhor (Governador) e todo morador de qualquer qualidade e condição que seja desta capitania ou índios de aldeias dela que agravar ou matar tapuia dos declarados e havereis por traidor por ir contra o Bando e pazes que em nome de Sua Majestade diz

(9) Em 1713, lê-se na «Paranduba Maranhense» (pág. 109): «Foi morto aleivosamente pelos mesmos tapuias de sua obediência Antônio da Cunha Souto Maior, que servia de Mestre-de-Campo da conquista do Piauí. Para castigar os gentios de corso infestadores do Maranhão saiu o Governador Gomes Freire da cidade de S. Luís em 1715, com um suficiente corpo de tropas; porém, os bárbaros, vindo o tiro ... fugiram ... e Gomes Freire se retirou. No ano seguinte, trazendo do Pará uma companhia de Infantaria e muitos índios flecheiros, formou uma nova expedição e a encarregou a Francisco Cavalcante de Albuquerque com a graduação de Sargento-Mor. Dirigiu-se êle com esta expedição ao Iguará; castigou os índios matadores de Antônio da Cunha Souto Maior e destruidores de um comboio que passava a S. Luís, e depois se juntou ao Mestre-de-Campo do Piauí, Bernardo Carvalho d'Aguiar, a quem devia obedecer. Unidos êstes dois corpos fizeram grande estrago nos índios Aranhis.»

confiscando se lhe as fazendas que se devassara judicialmente contra quem assim incorrer ficando logo êste encargo aos Juizes desta Capitania que se publicara a som de caixas e se fixarão nos lugares que necessário fôr...”

A admoestação se tornava necessária porque os colonos nenhum esforço sincero e profícuo faziam ou levavam a efeito para que a tranqüilidade fôsse restabelecida na Capitania.

Mais animadora, porém, a carta escrita pelo Senado da Câmara daquela vila, ao Des. Cristóvão Soares Reimão, em 8 de fevereiro de 1714. Nela se assegura que, no conflito armado, ocorrido no ano anterior entre moradores e **Arieriús**, êstes haviam perdido muita gente e dêles já poucos existiam.

Da revolta dos **Acriús** e **Tremembés**, cujo destino final nos é conhecido, resultaram como é natural novas destruições e a fuga de um maior contingente de brancos para a Ibiapaba, onde buscaram refúgios nas aldeias cristãs dirigidas pelos jesuítas.

Tenaz e incansavelmente perseguidos pelos colonos e seus apaniguados, os **Acriús**, pediram paz e foram mandados reunir aos **Tabajaras** da aldeia, depois Vila Viçosa Real, da América.

Maiores danos causaram, porém, os **Anacés**, cujos domínios territoriais eram bem mais amplos.

A 3 de novembro de 1713, a Junta das Missões tomava conhecimento do que, a tal propósito, lhe escrevera o Capitão-Mor do Ceará, e concebida nos têrmos seguintes — “os tapuias da nação Anacê, a que chamam de corso, fizeram grande estrago no arraial de Parnaíba, da parte do Maranhão, matando ao Mestre-de-Campo Antônio da Cunha Souto Maior e muitos brancos, e fizeram vários roubos pela ribeira do Caracu, agregando a si muitas nações e muitos tapuias aldeados...”

Mandara o Capitão-Mor “devassar dêsses bárbaros e achando-se culpados nestes delitos depois de aldeados lhes mandou fazer guerra com tão feliz sucesso que só 40 poderam livrar-se das nossas armas”.

Isso concorda, aliás, em grande parte, com o referido pelo Pe. João Aldreoni, em sua carta de 15 de junho de 1714, que diz: “. . . o perigo cresceu ainda mais com a entrada dos guanacenses. Êstes mataram à traição em Parnaíba, o comandante dos soldados que os tratavam mal e não lhes pagava o sôlido, como também assassinaram a mulher do comandante-em-chefe, tendo pôsto em fuga os soldados e sentinelas

das fortificações, e matando de manhã cedo os que encontravam indefesos; apoderaram-se das armas, pólvora, chumbo, balas e de quase trezentas espingardas. Esta prêsa levantou os ânimos guerreiros dos Tapuias, acostumados a antes combater com os portugueses com armas desiguais, servindo-se do arco e da flecha, e assim tendo tirado a êstes o seu melhor meio de defesa, resolveram assaltar a povoação de Ibiapaba, a maior de tôda naquela região, e ausente o Comandante-em-Chefe, que fôra à Paraíba com os índios mais esforçados a fim de fazer cessar os tumultos, e tendo se descoberto a resolução dos inimigos, enquanto êstes esperavam outros que haviam chamado e passavam inútilmente o tempo a alimentar-se de carne bovina, tiveram os padres ocasião de mandar um mensageiro aos ausentes, e pedir armas ao Governador de Fortaleza, ainda que distante 80 léguas da povoação. Neste ínterim o Superior por necessidade exerceu com denôdo o cargo de Comandante-em-Chefe dos soldados, já exercitando os índios ao combate e preparando as fortificações, já designando as sentinelas, enviando espias, e procurando mantimentos, ao mesmo tempo que com os outros padres consolava as mulheres que choravam segundo seu costume e orava com elas na igreja, pedindo a Deus não entregasse para serem devorados pelas feras sanguinárias aquêles que confessavam seu nome. Vendo-se indefesos e expostos aos ataques dos inimigos os vaqueiros dispersos naqueles campos se refugiaram na povoação com suas armas e escravos, com o consentimento do Superior. Aumentando assim a fôrça para a resistência, desapareceu entre todos o temor, sendo mortos quase 400 tapuias, alguns feridos, outros postos em fuga, e outros com grande aflição dos padres reduzidos a cativoiro pelos Comandantes que moviam a guerra.”

Não obstante batidos e dizimados, os nativos continuaram a resistir corajosamente aos portugueses, fazendo prolongar a campanha de 1713 pelos subseqüentes anos de 1714 e 1715.

* * *

O último documento que conhecemos a respeito do levante de 1713 é a Carta Régia ao Governador de Pernambuco, D. Lourenço de Almeida. Datada de 27 de março de 1715, ela determinava que se continuasse com todo o empenho a guerra iniciada pelo seu antecessor, Félix José Machado, contra os Tapuias do Ceará “para que se os extingam ou se os afugentem de nós, tanto que nos fique livre o uso

da terra, ou se faça nêles tal estrago, que os intimida, em forma que se não se atrevam e fiquem os meus vassallos livres de padecer como as semelhantes que agora experimentam”.

* * *

Terminada a guerra de 1713-1715, estava para sempre morto o sentimento de altivez e rebeldia do nativo cearense. Encerrara-se a fase heróica da resistência armada dos filhos da terra aos invasores brancos.

Atritos armados e sangrentos, envolvendo o silvícola, haveriam de entenebrececer por dilatado período o ambiente social do Ceará. Desassossego e insegurança inquietariam, dêsse modo, pelo tempo em fora, os lares sertanejos.

Tais lutas já não eram, porém, oriundas dos velhos ódios separadores de brancos e índios que recrudesceam. Resultavam antes do choque de interesses políticos, sociais ou econômicos, surgidos no próprio seio da comunidade luso-brasileira aqui radicada.

O elemento indígena pelejaria nesses conflitos apenas integrando qualquer das parcialidades que se digladiavam, nunca porém como grupo independente agindo por iniciativa própria.